

MEMÓRIAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS DO BRASIL E A COPA DO MUNDO: DO SOTERRAMENTO A INSURREIÇÃO DAS MEMÓRIAS INDÍGENAS SILENCIADAS.

GT 28: Interculturalidad: pueblos originarios, afro y asiáticos en latinoamérica y el Caribe

Marcos Rodrigues Barreto¹ — Danielle Bastos Lopes²

Resumo

A realidade hodierna dos povos indígenas na América Latina é de vulnerabilidade, inclusive no Brasil, perante a parceria entre as instituições privadas e a máquina pública, no que tange aos espaços de preservação de patrimônios culturais e territórios dos povos originários. Recentemente, têm tomado destaque na mídia internacional às remoções e deslocamentos decorrentes das obras da Copa do Mundo de 2014 no Rio de Janeiro. Em resposta a essas práticas do governo, surge um fenômeno que alcançou proporções internacionais, em meio ao espaço urbano, cunhada de “Aldeia Maracanã”, uma ocupação indígena no Antigo Museu com relação histórica indígena desde o século XIX, situada ao lado estádio do Maracanã, sede da Copa do Mundo/Olimpíadas na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: Memória, Resistência e Empoderamento.

1. Introdução

A configuração da realidade dos povos indígenas na América Latina é de grande vulnerabilidade há muitos séculos, inclusive no Brasil, desde a chegada dos povos do velho continente. O que se pode apreender da realidade dos povos indígenas são os métodos desumanos das grandes entidades em relação aos nativos, um recorte histórico que remonta os movimentos que ocorreram desde o século XVI. Como as expedições portuguesas que chegam ao Pindorama, onde os contatos iniciais ainda pacíficos, tão logo se tornavam belicosos, escravizando, vilipendiando, dizimando etnias inteiras, através de lutas e doenças, e por fim, realizando pilhagens de maneira indiscriminada e a tomada de terras durante.

Em toda extensão territorial do país, os nativos, antes detentores de dimensões continentais das terras na América latina, em sua maioria, ocupam territórios em pequenas reservas estranguladas devido às ocupações realizadas por grandes latifundiários monocultores, com solos que necessitam de manejo para sua otimização, por conta da qualidade e tamanho reduzido, o que é imprescindível para estas reservas, que são definidas por Egon Heck³, *como confinamentos de índios*, pautada na realidade precária em que se encontram, no que diz respeito as condições de humanas mínimas de sobrevivência, contando com a distribuição de cestas básicas para o seu sustento, desencadeando um embotamento do ânimo, uma explosão endêmica de transtornos psicológicos como a depressão, elevando o nível de alcoolismo e suicídio entre os indígenas.

No entanto, em oposição a esta situação e os caminhos anteriormente traçados, quando sob ameaça o indígena afastava-se do homem branco, dos espaços urbanos e adentrava em seu refugio desaparecendo

¹ Pedagogo (UERJ) e Mestrando do Programa de Pós-graduação em Memória Social (UNIRIO), na linha de pesquisa Memória e Patrimônio. marcosriodejaneiro@gmail.com

² Pedagoga, Mestre em História Social pela UERJ e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. daniellelopesbastos@hotmail.com

³ Egon Heck, ex-padre, teólogo, filósofo, pós-graduado em Ciência Política e militante partícipe da fundação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

na “floresta”, hoje, mais do que nunca, o indígena ingressa em movimentos sociais nos meios urbanos, em instituições de ensino superior através dos sistemas de cotas, luta pelo reconhecimento de seu povo, de sua etnia, e que a Legislação de preservação de sua cultura seja respeitada.

Desta forma, aqui será apresentado o alargamento conceitual de *heritage* vem passando desde os meados dos anos 2000, e como os indígenas fizeram sua apropriada leitura de patrimônio e cultura e passaram a utilizar os museus comunitários não apenas como difusão de história e memória, mas de resistência e afirmação de sua identidade perante aos interesses de Instituições Privadas e a Máquina Pública, já que:

na virada do século XX para o XXI, o patrimônio deve contribuir para revelar a identidade de cada um, graças ao espelho que ele oferece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro: o outro de um passado perdido e como que tornado selvagem; lugar de pessoa pública; lugar da história edificante, lugar da identidade cultural (POULOT, D. 2009, p. 14).

A constituição de patrimônios culturais, por meio da construção de núcleos culturais e museus como recintos de memória, com diversos movimentos sociais espalhados por todo o país de iniciativa indígena, como os grupos indígenas Tapeba em Caucaia-Ceará, a Associação Indigenista de Maringá no Paraná, o retorno ao Espaço Sagrado da Aldeia de Cambinhas na cidade de Niterói-RJ, onde há sambaquis e cemitérios indígenas, e muitos outros que passam pelo processo de reconhecimento, um deles a Aldeia Maracanã objeto de trabalho da presente pesquisa, que antes se chamava Instituto Tamoio dos Povos Originários, apelidado de Aldeia Maracanã pelos circuitos hegemônicos de comunicação.

De acordo com FREIRE⁴, o espaço do indígena historicamente particularizou-se por uma visão estabelecida entre os brasileiros de forma equivocada, concebendo-os como um grupo étnico único, monocultural, monoteísta, compartilhando das mesmas crenças e a mesma língua. Um estigma que remonta o pensamento do indígena do período da literatura romântica de José de Alencar ou do arcadismo de Jose de Santa Rita Durão.

A carência de lugares de memória numa sociedade de oralidade fundamentada na narrativa perde seu espaço para sociedades que vivem de lugares de memória, consentindo o pensamento de cristalização das culturas indígenas, em que o brasileiro concebe o indígena de maneira estereotipada, imaginando-o em seu “devido lugar”, utilizando suas vestes e sua ciência arcaica de guerra, como bordunas, arcos e flechas, ou de cura, com rituais colocando emplastros e lançando baforadas de fumaça.

Um exemplo que desmonta tal o pensamento é a competência de organização de uma coletividade que serve de inspiração para o conceito de desenvolvimento sustentável, pois os povos indígenas procuram exclusivamente abastecer-se do necessário, sem consumismos desmedidos com respeito à natureza, um envolvimento inseparável entre índio e natureza, um envolvimento sustentável.

Contudo o pensamento sobre o indígena ainda é a perspectiva do europeu que chegou ao Pindorama, constituiu-se uma permanência de um índio literário, romantizado, aquele que foi “encontrado” pelos colonizadores portugueses e vive na região amazônica sem contato com a sociedade urbana. Já o índio urbano, despossuído de suas “características”, utilizando roupas e acessórios, falando o português, não é considerado como índio, mas por que não? A alteração nesse estereótipo causa a reação de estranhamento, onde o primeiro argumento é dizer que não é mais indígena, por não estar mais de acordo com o discurso anteriormente constituído.

⁴FREIRE, Jose R. Bessa: Palestra proferida no CENESCH no dia 22 de março de 2000, gravada e transcrita posteriormente, <http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/Cinco_ideias_equivocadas_sobre_indios_palestraCENESCH.pdf> acessado em 01/03/2011

O binômio instituição-discurso legitima uma ordem, contudo ainda que tentem englobar a complexa realidade, a partir de um discurso coercitivo ou na tentativa de permitir a presença do “outro” no exercício da heterogeneidade mostrada⁵, que também é coercitiva, no qual vai selecionar apenas um segmento do discurso do “outro”, jamais será a totalidade a conhecer, visto que a instituição nasce no intuito de estabelecer conjuntos de regras que atendem interesses de um determinado coletivo, elencando um e deixando outros à margem.

Desempenhar um olhar curioso permitirá problematizar a construção-legitimação sobre os discursos institucionais, seus respectivos interesses na produção de sentido no universo, campo e espaço da sua materialidade discursiva, no que tange os múltiplos canais de informação (rádio, televisão e internet), que operam como aparelhos ideológicos para a construção de cultura hegemônica, cumprindo papéis tanto na formação de sujeitos, quanto de produção em seus múltiplos graus de complexidade de informações e valores que cooperam para a formação de concepções de mundo.

As programações exibidas por mídias hegemônicas, pouco explora a temática indígena, com documentários que criam novos estigmas, apenas com indígenas aldeados com pouco ou nenhum contato com o espaço urbano, sempre em regiões isoladas, longe do aspecto urbano ou programas humorísticos, taxados como os sujeitos que ficam deitados na rede, sem fluência no português e andando nu.

O lócus desta análise se estabelece na conceituação básica da formação da própria memória, da identidade, do reconhecimento e do *empowerment* das mesmas através da eleição de patrimônios, chegando a ser prestados para a sociedade por meio da Aldeia Maracanã, na capital fluminense. A proposta deste trabalho é exemplificar o elencar de bens culturais, lado a lado dos movimentos sociais, que comportam cadeias de disputas, sejam sociais, políticas ou culturais, bem como uma relação de poder simbólico e de valores entre a sociedade e os aparelhos ideológicos, com foco entre a disputa do Governo do Estado do Rio de Janeiro e o movimento indígena do Maracanã.

2. Memórias em Disputa da Aldeia Maracanã: Resistência ao apagamento-esquecimento-silêncio ao Governo do Estado do Rio de Janeiro

A Aldeia Maracanã fica lotada na Rua Mata Machado, ao lado da sede do ministério da agricultura e do histórico e mundialmente conhecido estádio Jornalista Mario Filho, o Maracanã, nome indígena herdado das mediações do Rio Maracanã que antes era habitado por papagaios. Local este que exala história, pois pertenceu ao Príncipe Ludwig August de Saxe-Coburgo-Gotha (Duque de Saxe), genro de D. Pedro II, doou este local para o Império do Brasil, para um centro de estudos sobre as culturas indígenas do Brasil. Abaixo foto anterior a construção do estádio ao lado do Derby Clube⁶

⁵ AUTHIER-REVUZ, Jacqueline, Entre a Transparência e a Opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2004.

⁶ <http://oriodeantigamente.blogspot.com.br/2011/01/derby-club.html>



O edifício que este local abrigou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) no início do século XX (até 1962 quando foi transferida para Brasília), sob os cuidados do Marechal Candido Mariano da Silva Rondon. Abrigou a Escola de Agricultura percussora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que posteriormente em se tornou Museu do Índio (1962-1977), sendo este ultimo transferido para o bairro de Botafogo na Zona Sul do RJ local que pouco ou nada tem a ver com a história indígena.

Após a transferência da sede do Maracanã para o bairro de Botafogo, a titularidade do imóvel foi cedida na década 1980 a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Desde então o local não teve utilização pública, exceto para moradores de rua. Contudo, na década de 2000, indígenas de diversas etnias do Brasil ocuparam o prédio, Apurinã, Tenetehara, Pataxó, Guaranis e outros formando a então Aldeia Maracanã, como forma de resistência de sua identidade-memória.

A identidade-memória e a identificação dos sujeitos é estabelecida a partir do reconhecimento de certa genealogia comum, ou de características que são compartilhadas com distintos grupos ou pessoas, ou além disso a partir de um mesmo ideal (HALL, 2000, p. 106). Segundo Bauman, a:

a ideia de identidade nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia. (BAUMAN, 2005, p.26)

A necessidade de criação de uma identidade surge no período onde a ciência de pertencimento teria perdido por completo o seu fulgor, o seu poder de recurso, acoplado com o seu desempenho de integração ou disciplinar (BAUMAN, 2005, p. 28). Houve a necessidade de se instituir algo mais sedutor para se fixar aos sujeitos à nação nascente, que precisava se fixar, no caso da Aldeia Maracanã era retomar o espaço que historicamente os pertencia.

A identidade é constituída por símbolos, o que explica o episódio das identidades nacionais, já as mesmas se firmam sobre uma multiplicidade simbólica, “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas, transformadas no interior da representação” (HALL, 1999, p. 48).

Esta aldeia tem o objetivo da manutenção da idéia primeira do Duque de Saxe, com a instalação de um centro de pesquisas e estudos indígenas para promover o intercâmbio cultural de múltiplas etnias existentes no país, uma Universidade Aberta Indígena, com alojamento para os indígenas que estudam em outras universidades públicas do Rio de Janeiro, através do sistema de cotas.

Perante esta tentativa de afirmação de identidade da Aldeia Maracanã, a Fundação Nacional do Índio em relação à ocupação indígena é de imobilismo Segundo o Relatório da Visita Técnica da Comissão ao Antigo Museu do Índio, realizado pela Camara Municipal, em 2011, informa que a FUNAI não tem posicionamento oficial.

A localização do espaço ocupado pela Aldeia Maracanã é de extrema importância para os povos indígenas por seu valor histórico. Contudo, este local também é alvo de grande especulação imobiliária, pois a proximidade ao bairro central da Capital, a proximidade do trem e metrô, e principalmente por ficar ao lado do Estádio do Maracanã, torna-se um atrativo para os grandes empresários da região.

Nos últimos anos, a disputa pelo local, por interesses privados foram acentuados devido à eleição do Rio de Janeiro como sede da Copa de 2014. O local que antes era alvo apenas de instituições privadas sem muito sucesso, agora se tornou alvo de quem deveria preservá-lo.

Contudo, o foco neste momento é o Antigo Museu do Índio, utilizando como justificativa para demolí-lo, a otimização para escoamento dos torcedores que irão assistir aos jogos no estádio do Maracanã de acordo com o padrão da Federação Internacional de Futebol (FIFA). Porém no dia 18 de outubro de 2012, a Federação responde ao Jornal do Brasil, que nunca pediu a demolição do prédio vizinho ao Maracanã, desmentindo a versão do Governador Sérgio Cabral, que disse:

O Museu do Índio, perto do Maracanã, será demolido. Vai virar uma área de mobilidade e de circulação de pessoas. É uma exigência da Fifa e do Comitê Organizador Local. Viva a democracia, mas o prédio não tem qualquer valor histórico, não é tombado por ninguém. Vamos derrubar ⁷

Na manhã de 12 de janeiro de 2013, as primeiras notícias sobre a Aldeia Maracanã, indígenas e parceiros de ocupação o local, entraram em alerta, após a chegada dos primeiros carros da unidade repressora oficial, que no seu caráter simbólico com direito a violência exibiam todo o seu poder, desfilando pelas vias do entorno, com armas com balas de borracha, bombas de efeito moral, sprays de pimenta, cassetetes, escudos e equipamentos diversos como fossem para uma guerra civil, abaixo charge, que virou “meme” no facebook:



Utilizando de tais práticas repressivas para manter o povo no seu lugar, destruindo, sufocando, silenciando a angústia, alimentando o medo dos povos manifestantes presentes e de seus amigos e familiares através de suas armas e sua representação significativa (violência) para a sociedade. No entanto, o tiro saiu pela culatra, pois manifestantes que ficaram sensibilizados com a resistência, brotavam de todas as regiões do estado do Rio de Janeiro, e se uniam contra as práticas abusivas do governo, chegavam à aldeia sob uma chuva de verão, pulando o muro com o auxílio de uma escada, pois o portão fora fechado e bloqueado com uma barricada frágil, composta por madeiras e arames farpados.

Enquanto isso, as mídias alternativas noticiavam a chegada dos manifestantes que chegam para apoiar a causa mais comentada nas redes sociais desta semana. Um jornal de grande audiência de canal de televisão aberta (Rede Globo) informa de maneira caluniosa que dois homens no telhado do prédio do Antigo Museu eram traficantes, na tentativa de descaracterizar e desmoralizar o movimento,

⁷ Resposta do Cabral ao Jornal do Brasil, 18/10/2012. Edição Online: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/10/18/fifa-desmente-cabral-e-afirma-que-nao-pediu-demolicao-do-museu-do-indio/> acessado em 19/10/2012

justificando a ocupação do local sem documentação legal, porém após diversas investidas frustradas, a polícia se retirou.

No entanto, dois meses depois, sob os holofotes de canais internacionais de televisão indígenas e ocupantes da Aldeia Maracanã foram expulsos com extrema violência por parte da polícia, cumprindo uma ação de reintegração de posse, para construção do museu do Comitê Olímpico Brasileiro, porém embargado perante as ações de manifestos mobilizados por indígenas e apoiadores.

Rio police evict Amazon natives from World Cup site



Os indígenas da Aldeia Maracanã se reconhecem como detentores de bens e revelações culturais formadoras da sociedade, de acordo com os discursos em torno da heterogeneidade, rompendo com o padrão antes situação no país até meados da década de 1980, quando exclusivamente os bens móveis e imóveis carregados de valor histórico concernentes à cultura branca predominante eram valorizados, deixando de fora o fazer popular, inserido no cotidiano e que anunciava os bens culturais vivos (OLIVEIRA, 2008, p. 121).

Na virada do final do século XX para o XXI estas concepções iniciaram um processo de mutação, os antes docilizados como inferiores pelo sistema, levantaram-se e solicitam reconhecimento de suas práticas, conhecimentos e entre outras produções próprias devem ser dignificadas e entendidas como bens culturais. Já que:

Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades (POLLACK, 1989, p. 03).

Sob esta análise, demonstra que há a real necessidade de que os responsáveis tem de estreitar uma relação mais aprofundada com uma transformação política revisitando de forma crítica o passado dos envolvidos. É sabido, que a emergência das memórias subterrâneas tornou-se um grande fenômeno, e que a urgência da construção de centros culturais e museus são de extrema valia para preservação e valorização de uma cultura antes silenciada.

Deste modo, as Políticas Públicas passaram a considerar a importância dos bens e das manifestações como referência de cultura para os grupos sociais, analisando o patrimônio dentro de suas concepções antropológicas de cultura, que passa a ser entendida e tomada como sistema simbólico, como estruturas de significado pelas quais os homens norteiam as suas ações (OLIVEIRA, 2008, p. 135).

A proclamação das características que devem ser apreciadas como patrimônios culturais com o objetivo de fornecer legitimidade e alocá-los como componentes basilares para a construção e manutenção de uma identidade nacional. Bourdieu e Passeron (2010) já elucidavam como a reprodução das práticas

⁸ Foto do site: <http://www.reuters.com/article/2013/03/22/us-soccer-brazil-worldcup-eviction-idUSBRE92L0VG20130322>

sociais de uma minoria detentora das forças de produção em detrimento das peculiaridades locais ou mais abrangentes que incorporariam os grupos dominados.

Entretanto, vislumbramos uma nova primavera dos movimentos de resistência que emergem, nascem como plantas entre as calçadas de concreto nas periferias, nas margens do pensamento dominante que vem se chocando para uma nova configuração do patrimônio e da memória, uma nova (re)territorialização.

O primeiro grande passo se deu no seio da educação, com a criação a Lei 11.645/08, sendo esta reformulação da lei 10.639/03, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, no intuito de preservar a cultura os povos indígenas. Seria isso o suficiente para resolver mais de cinco séculos de impactos, degradações e preconceitos com os povos indígenas? Como as escolas regulares e as universidades do Rio de Janeiro estão se organizando para atender o dispositivo legal sobre a implementação destas temáticas tão importantes para a formação do aluno e de profissionais especializados? Como os indígenas que vivem no Estado do Rio de Janeiro são vistos pela a sociedade acadêmica? Será possível uma conscientização da existência de indígenas urbanos? Quais são as movimentações de resistência desses indígenas urbanos? São alguns questionamentos importantes que devem ser feitos diariamente.

3 – Hibridismo: A (re)Territorialização Indígena na Era da Informação.

Ao abordar as concepções de território e reterritorialização, nos remete as questões que englobam o conceito de “ritornelo” em *Mil Platôs*, obra de Felix Guattari e Gille Deleuze (1997). Para os autores discorrem que o ritornelo está intrinsecamente ligado aos dilemas do território, no que tange as relações de entrada e saída de um território, um processo de desterritorialização que alocam o território como sempre provisório.

Vide o próprio território indígena da Aldeia Maracanã, no começo pertenciam aos povos indígenas, posteriormente aos portugueses, a família dos grandes portugueses nobres, sendo cedido as questões indígenas sob gerenciamento de Marechal Rondon, sede da SPI, Museu do Índio, desocupado, reocupado por moradores de rua e viciados, e hoje, novamente aos indígenas, o que comprova a transitoriedade do território.

Godelier(1984), diz que:

Designa-se território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar.

Desta forma, as memórias e os territórios em disputa, os movimentos sociais indígenas e o estado que temos hoje, demonstram a relação dos agenciamentos de espaço-poder territorial e cultural (simbólico) pela a Aldeia Maracanã. Uma disputa por um local de grande valor, tanto histórico quanto comercial.

Na tentativa de desmobilizar e evitar qualquer tipo de sensibilização com a causa, o estado age de forma subjetiva, através das grandes mídias, criando e/ou reforçando estereótipos que datam de tempo imemoriais. Alegando que o índio que vive no meio urbano não é mais índio, porque em sua concepção o índio não pode ter acesso as novas tecnologias, ou seja, cristaliza um grupo étnico lançando a mão de movimentos “progressistas”, transformando o indígena em sinônimo de atraso por não agregarem os signos anteriormente construídos com o índio aldeado, após estabelecido, qualquer alteração nesse fenômeno da memória⁹ causa a reação de estranhamento. Contrariando esta pensamento, Hall diz que:

⁹ LE GOFF, Jacques. 2003

As identidades nacionais estão sendo homogeneizadas? A homogeneização cultural é o grito angustiado daqueles/as que estão convecidos/as de que a globalização ameaça solapar as identidades e a “unidade” das culturas nacionais. Entretanto, como visão do futuro das identidades num mundo pós-moderno, este quadro, da forma como é colocado, é muito simplista, exagerado e unilateral. (HALL, 2011, p. 77)

O ato de elaborar manifestos nas ruas, escolas, faculdades ou no ambiente virtual, colocando a comunidade face a face com suas heranças culturais, cria a possibilidades da sociedade trabalhar com suas memórias, suas identidades há muito tempo silenciadas. A memória coletiva de um grupo está fundamentada na afirmação de sua identidade (WEHLING, 2003, p. 13), e não em apenas agregar novos valores ou ferramentas para legitimá-las.

Esta (re)territorialização do índio urbano vem ocorrendo através das novas formas de lutar por seus direitos, através das mídias, divulgando seus trabalhos, suas produções em eventos realizados nas dependências do antigo Museu do Índio, reterritorializando-se até mesmo nos espaços virtuais, transformando as mídias em ferramentas de resistência, analisando a configuração do mundo contemporâneo sob a perspectiva de um mundo globalizado, mediado pela comunicação entre computadores.

O advento da internet - a mesma propiciada pela gestão pública e de gigantescas instituições privadas do campo das telecomunicações – fornece um *Upgrade*, no eixo econômico, nas práticas educativas, e principalmente nos movimentos sociais, promovendo uma infinidade de possibilidades de relações em uma sociedade em redes. Pode-se identificar como uma reterritorialização do índio, que, neste momento, tornou-se índio urbano. Esta territorialização do índio urbano vem ocorrendo na medida em que os aparelhos ideológicos tentam transformar o índio e um lugar de memória, na contramão surgem novas formas de lutar por seus direitos, através de mídias contra-hegemônicas

Castells (1999) define redes como um conjunto de nós interconectados, com estruturas abertas aptas a se expandir de forma infinita, agregando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos signos de diálogo. A partir desta concepção é possível fortalecer o movimento dos indígenas urbanos e aldeados, através de redes de informações e divulgação de suas atividades, como exemplo o grupo Vídeo nas Aldeias¹⁰, que trabalha com vídeos gravados nas aldeias pelos próprios índios.

A rede mundial de computadores comporta a capacidade de convergência dos mais diversos suportes midiáticos. Desta maneira, torna-se vastamente responsável pela ampliação cultural, política e econômica de muitos países e comunidades. A internet tornou-se um caminho aberto à movimentação de intensidades, cujo desejo que as projetam possa ou não legitimar a ordem social vigente, que por isso deve se ter o máximo de cuidado com os materiais elaborados, evitando criar ou reforçar estigmas.

Se os apelos dos movimentos urbanos não são atendidos, se os novos caminhos políticos permanecem fechados, se os novos movimentos sociais de maior representatividade (feminismo, nova classe operária, autogerenciamento, comunicação alternativa) não se desenvolvem totalmente, então tais movimentos – utopias reativas que tentaram iluminar o caminho a que não tinham acesso – retornarão, mas, dessa vez, como sombras urbanas, ávidas por destruir as muralhas cerradas de sua cidade cativa. (CASTELLS, 2010, p.82)

Com a utilização destas mídias com os “índios urbanos” é possível produzir conhecimentos e multiplicá-los, enriquecer a produção de conhecimentos na área indígena, sendo esta uma área carente de produções acadêmicas e que tem urgência de aprofundamento e conscientização da sociedade “progressista”, (re) territorializar a imagem do índio brasileiro, seja urbano ou aldeado sem homogeneizar sua identidade.

¹⁰ <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/>

Vale lembrar a importância da preservação da cultura brasileira e de respeito ao indígena, sendo necessária a averiguação de como colaborar para enriquecer as possibilidades de ações, sociais, políticas e pedagógicas com auxílio de mecanismos midiáticos como ferramentas de resistência da cultura indígena.

Aproximar e trazer a memória para a discussão é assumir a relação que ela tem entre o passado e o presente, mas deve-se ter cuidado ao se tratar de “memória coletiva” já que como vimos, os relatos e as memórias, são permeados pelas suas características individuais e poderão ser próximas, mas nunca idênticas. Ressaltamos também, que o uso da memória leva ao aspecto do esquecimento e das omissões, que podem ou não ser intencionais, como nos indica Pollack (1989).

Outro aspecto que temos que levar em conta nos meios de produção das memórias, identidades e as relações de poder que são produzidas em nível simbólico na sociedade e que agem diretamente nas influências que exerce sobre a construção das próprias identidades e na manutenção da ordem social já estabelecida.

Considerações Finais

A idéia deste trabalho é elucidar a importância dos movimentos sociais indígenas com auxílio dos múltiplos canais de comunicação, para preservar os indígenas aldeados, e levar a compreensão a toda a sociedade que o indígena também pode ser híbrido, morando na cidade, agregando novos valores, utilizando as novas tecnologias, o que não quer dizer, que perderá sua cultura e o amor pelo seu povo.

Para um breve entendimento, há a necessidade de levantar apenas questionamentos simples para que favoreça um pensamento mais crítico da sociedade, pois:

Algumas pessoas argumentam que o “hibridismo” e o sincretismo – a fusão entre diferentes tradições culturais – são uma poderosa fonte criativa, produzindo novas formas de cultura, mais apropriadas à modernidade tardia que às velhas e contestadas identidades do passado. Outras, entretanto, argumentam que o hibridismo, como a indeterminação que implica, também tem seus custos e perigos.(HALL, 2011, p.91)

Sim, existem alguns dilemas quanto a concepção do hibridismo, mas para satisfazer a relação entre o hibridismo do índio urbano, aqui levantarei um questionamento: Se brasileiros que transitam entre países ou mudam definitivamente para outro lugar no mundo, adquirindo novos saberes, absorvendo novas culturas, agregando novos valores, eles deixarão de ser brasileiros? Não, definitivamente não deixarão de ser brasileiros. A essência do ser, da noção de pertencimento e do empoderamento de uma identidade não extingue com o acúmulo de novas culturas.

A Aldeia Maracanã é um lugar de circulações de intensidades, resistência e efervescência cultural, que deve ser conhecido por pesquisadores de todas as áreas, políticos e a sociedade civil como um todo, que deve ser analisado, reconhecido e preservado para futuros estudos que venham a contribuir para a lei 11.645.¹¹ Vale lembrar a importância da preservação da cultura brasileira e de respeito ao indígena, sendo necessária a averiguação de como colaborar para enriquecer as possibilidades de ações pedagógicas e de mecanismos midiáticos como ferramentas de resistência da cultura indígena.

Entre outros casos que ocorrem pelo país, há que denunciar tais atividades de empresas e do estado que lava as mãos para as causas indígenas. De certo, cabe a todos nós como cidadãos fiscalizar, manifestar e apoiar as causas indígenas, assim como tem sido feito através das redes sociais e nas ruas, mas não só hoje ou amanhã, mas sempre.

¹¹ Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

A Lei 11.645 é uma grande ferramenta de apoio para a formação da sociedade futura, mas não pode ser fechada apenas em si mesma, deve se ter uma atenção para uma educação patrimonial para o entendimento da realidade indígena e que todos venham a preservá-la.

No dia 30 de julho de 2013, estiveram reunidos com a Secretaria do Estado e Cultura com as lideranças indígenas, representantes da sociedade civil e membros da Fundação Darcy Ribeiro, sobre a implementação do projeto inicial da construção do Centro Estadual de Estudos e Difusão da Cultura Indígena,

As discussões desta reunião promoveram o surgimento de propostas, dentre elas a determinação que a Secretaria fique responsável pela gestão do projeto. Além da sugestão da secretária de cultura Adriana Rattes, que seja criada uma Instituição Pública Estadual, e que da mesma, faça parte um Conselho permanente composta por representantes do Instituto Tamoio/Aldeia Maracanã. A secretária acenou ainda com a disposição do governo em considerar a instalação deste Centro no prédio do antigo Museu do Índio, no Maracanã, como era o desejo do movimento. As moradias para os indígenas serão planejadas para Jacarepaguá, bem distante do local original, ou para algum outro local que seja encontrado de comum acordo entre o governo e o grupo.

A Secretária solicitou, ainda, que os presentes – representantes de diversas etnias, como Afonso Apurinã, Carlos Tukano, Garapirá Pataxó, Marize Guarani, Iracema Pankararu - mobilizassem lideranças de outras etnias para participar das próximas reuniões e contribuir para uma construção coletiva dos fundamentos do projeto.

Os objetivos principais do Centro serão os de promover, preservar e difundir, a história, os valores, os conhecimentos e todos os aspectos culturais dos indígenas brasileiros, com foco especial nos grupos que vivem ou viveram nas diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro. O Centro será ainda um ponto de formação, referência e apoio para os índios contemporâneos, diante dos desafios e das transformações culturais por que passam as diversas etnias em suas vivências nas aldeias e também no espaço urbano. A Secretária convidou todos os presentes (e pediu que convidassem as demais lideranças indígenas) para uma reunião na próxima terça, dia 6 de agosto de 2013, a fim de se avançar com as decisões que deverão embasar a elaboração do projeto, tais como nome, estrutura, cronograma e modelo de gestão do futuro Centro Estadual de Estudos e Promoção da Cultura Indígena.

E o que se mais a dizer sobre a Copa do Mundo e os indígenas no Rio de Janeiro? Esta é uma luta que ainda terá mais alguns capítulos, entre os gigantes empresários, o Estado, contra o imortal espírito do guerreiro indígena, que nunca desiste e nunca desistirá sem lutar.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Identidades**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. PASSAERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BUENO, J. G. S. A produção social da identidade do anormal. In. FREITAS, M. C. (org.) História social da infância no Brasil. São Paulo, Cortez; Bragança Paulista, EDUSF, 2001.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

_____ **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHOAY, Françoise. **As Questões do Patrimônio**. Antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

- HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: ED. Centauro, 2004
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 2000.
- HUYSSSEN, Andréas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LATOUR, Bruno. Jamais fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994
- LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. 5ªed. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.
- NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo, Projeto História - Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. v. 10, 1993
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.) **A Viagem de Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria/LACEDE, 2004. P. 13-38.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio: Um Guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 114-138.
- PELEGRINI, Sandra C. A. **O Patrimônio Cultural e a Materialização das Memórias Individuais e Coletivas**. UNESP – FCLAs-CEDAP, v.3, n.1, 2007. p. 01-15.
- POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1989.
- GOMES, Alexandre Oliveira. VIEIRA NETO, João Paulo. Museus e Memória Indígena no Ceará: A Emergência Étnica entre Lembranças e Esquecimentos. In: PALIOT, Estevão Martins. **Na Mata do Sabiá** – Contribuições sobre a Presença Indígena no Ceará. Fortaleza: SECULT/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009. p. 367-391
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 7- 71.